



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

O IMPACTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFT NO ESTADO DO TOCANTINS: ENSAIOS INVESTIGATIVOS

Rodrigo Mamédio de Lima¹

Rogério Silva Leite²

Thiago Alves Silva³

Célia Maria Grandini Albiero⁴

Keiliane Tavares Silva⁵

Jamilla Marques de Brito Pinheiro⁶

Giselli de Almeida Tamarozzi⁷

Maryvalda Melo Santos Costa⁸

Marília de Fátima Marques Lopes Golfeto⁹

Resumo: O trabalho profissional sistematizado envolve a investigação através de um projeto de pesquisa que visa refletir sobre a formação profissional em Serviço Social e avançar os estudos referentes ao processo de formação e exercício profissional no Estado do Tocantins do curso de Serviço Social da UFT. Os resultados explanados focam o estudo teórico e produções acadêmicas da equipe executora.

Palavras-Chave: Serviço Social. Formação Profissional. Investigação.

Abstract: The systematized professional work involves the investigation through a research project that aims to reflect on the professional training in Social Work and to advance the studies regarding the process of training and professional exercise in the State of Tocantins of the course of Social Service of UFT. The results explained focus the theoretical study and academic productions of the executing team.

Keywords: Social service. Professional qualification. Investigation.

¹ Profissional de Serviço Social, Fundação Universidade Federal do Tocantins, E-mail: rodrygo_28@hotmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Fundação Universidade Federal do Tocantins, E-mail: rodrygo_28@hotmail.com.

³ Profissional de Serviço Social, Fundação Universidade Federal do Tocantins, E-mail: rodrygo_28@hotmail.com.

⁴ Professor com formação em Serviço Social, Fundação Universidade Federal do Tocantins, E-mail: rodrygo_28@hotmail.com.

⁵ Profissional de Serviço Social, Fundação Universidade Federal do Tocantins, E-mail: rodrygo_28@hotmail.com.

⁶ Estudante de Pós-Graduação, Fundação Universidade Federal do Tocantins, E-mail: rodrygo_28@hotmail.com.

⁷ Professor com formação em Serviço Social, Fundação Universidade Federal do Tocantins, E-mail: rodrygo_28@hotmail.com.

⁸ Estudante de Pós-Graduação, Fundação Universidade Federal do Tocantins, E-mail: rodrygo_28@hotmail.com.

⁹ Professor com formação em Serviço Social, Fundação Universidade Federal do Tocantins, E-mail: rodrygo_28@hotmail.com.

Introdução

A sistematização do trabalho profissional pela via da investigação envolve o estudo do impacto social, econômico e político do curso de graduação de Serviço Social no Estado do Tocantins pela via da formação profissional. Visa avaliar o rebatimento da formação profissional oferecida por este, junto aos espaços socio-ocupacionais dos egressos e verificar os impactos da atuação do Assistente Social que interferiram ou não na qualidade da prestação de serviços socioassistenciais junto à população usuária. Objetivou-se assim, avaliar o processo de formação profissional do curso de Serviço Social; analisar o impacto do curso nos espaços socio-ocupacionais dos egressos no Estado do Tocantins; viabilizar a produção científica acerca do estudo sobre o processo de formação e o exercício profissional. Os objetivos específicos: propor mudanças no processo de formação profissional do curso de Serviço Social; construir o perfil dos egressos; sistematizar as características dos espaços socio-ocupacionais dos profissionais egressos; demonstrar à partir da percepção da população usuária da melhoria ou não dos serviços socioassistenciais desenvolvidos pelos profissionais egressos. O objeto envolve “*o impacto da formação profissional de Assistentes Sociais da UFT no espaço socio-ocupacional dos profissionais egressos*”. Essa proposta faz parte do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP) cadastrado no diretório de pesquisa do CNPq, desde 2008, voltado para linhas de pesquisa: estágio e supervisão; trabalho e espaços ocupacionais; questão social e Serviço Social; formação profissional em Serviço Social.

O estudo vem reforçar a concepção de ensino superior público, laico, gratuito e de qualidade, atendendo a uma demanda por qualificação de assistentes sociais e profissionais de áreas afins que se encontram atuando em diversos espaços. As principais contribuições da pesquisa são: buscar alternativas para melhoria da qualidade da formação profissional do ensino do curso de Serviço Social; mapear a inserção dos Assistentes Sociais egressos da UFT nos espaços socio-ocupacionais.

Este trabalho terá duração de 47 meses (2017-2021), investigando os egressos em pleno exercício profissional com um ano de experiência; gestores dos espaços socio-ocupacionais dos profissionais egressos; usuários dos serviços socioassistenciais nos espaços. Já os eixos de análise da pesquisa envolvem: a formação profissional; a avaliação e o impacto social, econômico e político. Os procedimentos metodológicos abrangem o universo da pesquisa que se constitui dos profissionais egressos do curso formados a partir de 2011, e os espaços sócio-ocupacionais de inserção profissional dos mesmos bem como gestores e ainda os usuários dos serviços.

A amostra será construída a partir dos seguintes critérios: 24 profissionais egressos que estão inseridos no mercado de trabalho enquanto Assistente Social, com no mínimo um ano de experiência dentro das 08 (oito) regiões de saúde do Estado do Tocantins: Capim Dourado; Cantão; Bico do Papagaio; Médio Norte e Médio Araguaia; Cerrado Tocantins Araguaia; Amor Perfeito; Ilha do Bananal; e Sudeste.

Os participantes da pesquisa serão obtidos através dos critérios: 01 (um) Gestor dos espaços socio-ocupacionais dos egressos profissionais com convivência mínima de 01 (um) ano no cargo; 1% dos usuários atendidos pelos profissionais egressos dos serviços socioassistenciais que estejam em acompanhamento por mais de um ano em ações individuais; 10% dos usuários atendidos pelos profissionais egressos que estejam em acompanhamento por mais de um ano em ações coletivas. A coleta de dados será desenvolvida através dos instrumentos: pesquisa documental; observação estruturada (sistemática) e participante; questionários com perguntas abertas e fechadas; entrevista semiestruturada; grupo focal, orientado pelos indicadores de análise dos dados já estabelecidos. Portanto, a pesquisa contará com um número de participantes ainda não mensurados, pois depende das informações a serem coletadas, mediante questionário e/ou entrevistas, dos participantes, conforme aceite. Vale ressaltar que o detalhamento das instalações, dos serviços, centros, comunidades e instituições nas quais se processarão as várias etapas da pesquisa também dependem das informações a serem coletadas. E ainda que, a inclusão e exclusão dos mesmos dar-se-ão conforme sua manifestação.

Este projeto justifica-se pela inexistência de pesquisas que estudam a temática proposta evidenciando a necessidade de conhecer o resultado do processo de formação profissional oferecido pelo curso de Serviço Social da UFT.

Diante deste contexto o principal problema a ser estudado envolve a inquietação: *“A formação profissional dos egressos do curso de Serviço Social da UFT têm contribuído com a melhoria das Políticas Sociais no Estado do Tocantins? Essa contribuição interfere na melhoria de qualidade de vida do cidadão, bem como a efetivação de seus direitos sociais?”*

A educação enquanto política social

A gênese da política social no capitalismo monopolista coloca a condição de sua funcionalidade para com as requisições do monopólio. O que queremos dizer é que a função essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista consiste na preservação e no controle da força de trabalho. No entanto, esse processo é repleto de contradições, ou seja, a funcionalidade da política social sob a vigência do capitalismo monopolista é uma possibilidade, mas a sua concretização é variável, dependendo da correlação de forças políticas no interior da sociedade.

No que se refere ao conteúdo ideológico das políticas educacionais, ressaltamos que, elas buscam oferecer ao capital monopolista os recursos humanos necessários ao processo de reprodução do capital. Ou seja, existe uma funcionalidade entre a política educacional e o processo de valorização do capital que se manifesta, inclusive, a partir do perfil profissional do trabalhador demandado pelo capital, com vistas à sua reprodução, utilizando a teoria do capital humano. Assim, a educação é entendida por alguns intelectuais como um bem público, garantida pela Constituição Federal de 1988 e principal vetor de inclusão social.

O entendimento acerca da reforma do Estado é importante para compreender as ações do governo FHC em torno da legislação educacional implementada no País. Tal reforma constitui o centro nevrálgico das ações privatistas também na educação e é a partir dela que se abre a possibilidade de agir “por fora” da Constituição Federal de 1988, através de leis, decretos, portarias, entre outros instrumentos de privatização, para realizar o deslocamento da fronteira entre o público e o privado, antes mesmo da mutilação da Carta Magna (LOPES, 2006).

Nesse sentido, inferimos que durante a vigência do Governo FHC, o Estado neoliberal/gerencial deixa de ser responsável pela execução das políticas sociais, assumindo o papel de regulador e fomentador e transferindo suas tarefas para a sociedade civil. As reformas preconizadas por esse governo foram no sentido de privatizar os bens públicos patrimoniais, quanto os direitos sociais, a partir do fundamento ideológico da crítica ao Estado, visto como ineficiente e burocrático, sendo, portanto, necessária a sua reformulação para reduzir e limitar suas funções como produtor de bens e serviços e transformá-las no sentido do financiamento das organizações públicas não-estatais (LOPES, 2006).

A partir de 2000, as tendências de mercantilização do ensino superior ganham fôlego com a aprovação do Protocolo de Bolonha. As repercussões para o ensino superior público, laico, gratuito e de qualidade são devastadoras em diversas faces, envolvendo a face acadêmica; face econômica e a face política-cultural. Essas três faces tiveram rebatimento no Brasil na década de 1990, com a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1997, e com a inserção do Brasil no Fórum Político de Bolonha em 2009 parece ter contribuído para acelerar e aprofundar a incorporação dessas recomendações. Em outras palavras, as mudanças em curso desde 1996, algumas indicadas na LDB, foram intensificadas com a proposta de “reforma universitária” nos dois Governos de FHC, seguidas pelas dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. (BOSCHETTI, 2015)

Vivemos um período de expansão desmensurada de cursos de graduação presenciais e à distância privados, o que coloca em risco a formação de qualidade e a necessária preparação do profissional para exercício do trabalho com competência ética,

teórica e política – tendências destrutivas das reformas neoliberais, materializadas na reforma universitária, proliferação acelerada e desordenada de cursos presenciais e a distância: estímulo ao setor privado em detrimento do setor público.

Sabe-se que a política de ensino superior brasileiro passou por profundas reformas nos últimos anos e que foram consubstanciadas na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394, de 20/12/1996), trazendo no bojo de sua regulamentação uma radical alteração na educação brasileira, envolvendo fortemente o ensino superior.

Paulo Netto (2000, p. 29) aponta alguns traços que expressam a política de ensino superior brasileiro:

[...] favorecimento da expansão do privatismo, a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a supressão do caráter universalista, a subordinação das demandas do mercado, a redução do grau de autonomia pensada apenas como autonomia financeira; a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, nexos organizador da vida universitária; a supressão de autonomia docente, são os traços fundamentais que resultam, como um pacto para o ensino superior, desse duplo e imbricado movimento político de ajuste e de reforma do Estado.

Na mesma esteira (LIMA, 2007, apud PEREIRA, 2008), ressalta que o discurso governamental de Lula norteia-se pela defesa da expansão da educação superior, ou seja, a democratização do acesso a esse nível de ensino, utilizando-se dos seguintes meios: participação do setor privado presencial, por meio de ampla isenção fiscal, possibilitada pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI); participação do setor privado de ensino à distância (EAD); ampla reestruturação do sistema público federal de ensino, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), reforço, na universidade pública, da lógica de mercantilização, por meio de parcerias público-privado.

Percebe-se, desta forma, que no cenário atual as instituições de ensino superior também estão afetadas pela crise contemporânea, pois enfrentam uma realidade que traz incertezas, inseguranças, bem como indagações que abrangem o sistema de produção, o mercado, o consumo, as determinações e os avanços tecnológicos.

Em tempos hodiernos vivenciamos, o neoconservadorismo com o aprofundamento nos cortes dos direitos sociais, à flexibilização do trabalho, via reforma trabalhista e a ânsia pela privatização do patrimônio público, no “retorno” do trabalho escravo, fruto de uma política de ajuste fiscal que afeta diretamente os trabalhadores e privilegia o grande capital, legitimados pelo Supremo Tribunal Federal, Legislativo e Executivo – do ilegítimo governo de Michel Temer. A legitimação da corrupção como algo natural é escancarada pelos três poderes da União.

Ao longo da história da Educação superior brasileira, observamos que o papel da educação, está pautado especialmente no preparo das pessoas para o mercado de trabalho, diferentemente do que defende Mészáros (2008), que almeja uma educação voltada para a vida, e não necessariamente para suprir as demandas exigidas pelo mercado de trabalho, via a lógica capitalista. Nesse sentido, o compromisso da sociedade consiste em demandar uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, embora sabendo que não é uma tarefa fácil, tendo em vista o avanço da privatização/terceirização da Educação Pública, anseios que estão explícitos pelo Estado e pelos grandes empresários educacionais.

Durante o governo Temer, *pós-impeachment*, de Dilma Rousseff, em 2016, tínhamos uma preocupação em relação aos rumos que a Educação Pública tomaria, inclusive, vários segmentos foram às ruas lutar e resistir contra as mudanças impostas. Já no Governo de Bolsonaro (2019), a luta e resistência continuam e com amplo apoio da sociedade em prol das Universidades Públicas e Institutos Federais ameaçados no contexto atual em razão de um governo de extrema direita, fascista que coloca em risco a democracia brasileira, reforçando os ideais da Ditadura Militar no Brasil, negada pelo mesmo. Este governo que diariamente vê sua popularidade despencar, ameaça diariamente a Educação Pública, especialmente o Ensino Superior, colocando em risco a pesquisa, o ensino e a extensão. É o típico governo que visa privatizar tudo o que é público, inclusive a Educação gratuita.

Reverter este cenário não é tarefa simples, pois depende das correlações de forças e que no modo de produção capitalista estão cada vez mais competitivas e excludentes. Em outras palavras, a Educação Superior se transformou num espaço rentável e pelos empresários desta área, vista como mercadoria e não direito social. Perguntamos: será que a formação profissional nestes espaços vai além do senso comum, da lógica de mercado, do tecnicismo, da instrumentalização? É imprescindível proporcionar aos estudantes uma formação que os instiguem a refletir, a problematizar, a questionar, a despertar o espírito crítico. Neste sentido, pensar em educação é pensar num horizonte de possibilidades para enfrentarmos as desigualdades sociais, as expressões e manifestações da “questão social”, que ao longo do desenvolvimento do capitalismo, se complexificou e trouxe à sociedade, inúmeros problemas de ordem social, econômica e política (LIMA, 2018).

Podemos ainda observar o sucateamento do ensino superior brasileiro, mediante a lógica privatista e de desarticulação da relação entre ensino, pesquisa e extensão baseada no modelo de ensino semipresencial (EaD), o qual tem gestado profissionais cada vez mais voltados para a lógica mercantil, estando “despreparados/as” para atuação frente às demandas sociais de maneira eficaz e resolutiva (LEITE, 2015).

A formação profissional do assistente social na realidade brasileira

A formação profissional atualmente é um desafio diante da conjuntura atual, pois formar profissionais comprometidos, capacitados e éticos, preparando-os para a inserção no mercado de trabalho exigente, discriminatório e excludente, é sem dúvida um compromisso fundamental daqueles que trabalham com a educação superior.

Para tanto, a Formação Profissional em Serviço Social passa a ser regulamentada pela Lei nº 1.899/1953 vivendo um longo processo de transformação no decorrer dos últimos anos até a aprovação da Lei nº 8.662/1993, sendo que manter a “[...] formação profissional sob permanente e crítica atualização torna-se, cada vez mais, uma necessidade nos diferentes campos profissionais” (KOIKE, 2009, p. 02). Além disso, é importante mencionar que as Diretrizes Curriculares aprovadas pela categoria em 1996,

[...] apresentam a sistematização dos debates desenvolvidos pela categoria profissional, tendo como conteúdos: formação e trabalho profissional. Tais conteúdos, vinculados à realidade social, conformam os núcleos que embasam as novas diretrizes curriculares em processo de implantação e implementação dos projetos políticos pedagógicos das unidades de ensino, consolidando a apreensão crítica dos processos sociais na perspectiva da totalidade. (KONNO, 2005, p. 1-2).

Desta forma, o Projeto de Formação Profissional do Serviço Social brasileiro vem a contribuir para a legitimação da profissão, gerando assistentes sociais que contribuam com a construção de novas relações sociais, e estejam preparados para atuação na docência, indo ao encontro do exposto nas Diretrizes Curriculares para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social (PPC), o qual traz uma ligeira preocupação com a formação docente no sentido de ter disciplinas que trabalhem o incentivo à formação de profissionais docentes pautados no projeto profissional.

Após as conquistas do Projeto de Formação Profissional, bem como a exigência do Currículo Mínimo, direcionado pelas Diretrizes Curriculares (1996), buscou-se a construção e reconstrução do significado social da profissão a partir do reconhecimento das diferentes concepções, projetos e práticas que havia dentro da profissão, a fim de prestar explicações de seus sentidos e reconstruir seus significados, para obter-se coletivamente “[...] uma concepção teórico-prática que seja, ao mesmo tempo, norte político-ideológico e referencial crítico de análise, de ação e de criação do novo”, que se refere aos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993 (KOIKE, 2009, p. 110).

Para a garantia da qualidade da formação profissional do Assistente Social no Brasil, faz-se necessário a afirmação da investigação social como atividade primordial, bem como manter rigoroso processo de formação continuada, procurando estar atento às novas demandas e aos novos referenciais teóricos, com o intuito de propiciar o processo de renovação constante da profissão (CARDOSO et al 1997).

Portanto, para termos uma formação profissional de qualidade,

[...] trata-se de preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado. Trata-se aqui, de um projeto profissional que, demarcado pelas condições efetivas que caracterizam o exercício profissional do Assistente Social diante da divisão social e técnica do trabalho, seja capaz de responder às demandas atuais feitas à profissão a partir do mercado de trabalho e de reconhecer e conquistar novas e potenciais alternativas de atuação, expressão de exigências históricas que se apresentam à profissão pelo desenvolvimento da sociedade em um contexto conjuntural específico (IAMAMOTO, 2004, p. 163).

Assim, aprofundando nas Diretrizes Curriculares é importante destacar os três núcleos fundamentais, 1) teórico-metodológico da vida social; 2) formação socio-histórica da sociedade brasileira; 3) fundamentos do trabalho profissional (UFT, 2010). “[...] Esses núcleos constituem a essência do projeto de formação profissional do Serviço Social, dando suporte teórico-prático à compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos da crítica marxiana [...]”, o que permite ao profissional a interpretação da realidade social a partir da demanda e mediação nas relações sociais, dando ênfase “[...] à dimensão interventiva e operativa da profissão, de forma consciente e comprometida com a classe trabalhadora, bem como com suas necessidades e direitos, visando à dignidade humana” (ALBIERO, 2006 apud SILVA, 2016, p. 31).

A inserção do curso de Serviço Social da UFT no Estado do Tocantins

A UFT destaca-se por ser uma Instituição Pública de Ensino Superior que está entre as mais novas do país, tornando-se importante nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais para o Estado do Tocantins, para a Região Norte e para o Brasil.

A partir da Constituição Federal de 1988, o Estado do Tocantins passou a pertencer à Região Norte do país, também chamada por Amazônia Legal. É o mais novo estado da federação brasileira e ocupa uma área de 278.420,7 km². Encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única (UFT, 2017, p.13). A população do Tocantins é de aproximadamente 1.383.445 habitantes, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², possuindo ainda uma imensa área não antropizada (UFT, 2017). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Tocantins é de 0,699, em 2010 (PNUD, 2010).

De acordo com o último resultado do censo (IBGE, 2010) o Estado do Tocantins atinge 11,8% da população que vive em extrema pobreza, o que equivale a 163 mil pessoas em relação ao total de 1.383.445 habitantes. Superando assim, a média nacional a qual possui cerca de 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, correspondente a 8,5% da população (UFT, 2013). Vale destacar que o Tocantins tem

diversas etnias indígenas, com uma população estimada de 10 mil indígenas distribuídos em oito etnias (Macedo, 2015).

A Cidade de Miracema do Tocantins, onde está inserido o curso de Serviço Social, portanto, foi a Primeira Capital do Estado, localizada a 80 Km de Palmas e com cerca de 20 mil habitantes, com uma área territorial de 2.656.090 km², o município possui como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária, além do artesanato indígena.

A população da cidade de Miracema - TO de acordo com o IBGE (2017), a é estimada em 19.055 mil habitantes e a do censo de 2010 é de 20.684 mil habitantes. De acordo com os dados do censo de 2010, o IDH do município é 0,684, e com relação à escolarização 97,1% das crianças e adolescentes de 6 a 14 anos estão inseridos na escola. Sobre a mortalidade infantil, os dados de 2014 apresentam que o município possui 16, 45% óbitos por 1.000 nascidos vivos.

Desse modo, após dois anos de constituição do Estado do Tocantins (1988) foi criada a Universidade do Tocantins (UNITINS) pelo Decreto Estadual nº 252/1990, sendo reestruturada pela Lei Estadual nº 326/1991 e, posteriormente, pelas Leis Estaduais nº 872/1996 e nº 874/1996. Dentre as diretrizes constantes no projeto inicial destacamos a institucionalização do modelo multicampi de universidade: em 1991, a criação dos campus de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis; em 1992 a criação dos Campus de Araguaína, Colinas, Miracema, Paraíso, Palmas, Porto Nacional e Gurupi.

Em relação à Universidade Federal do Tocantins (UFT) a sua criação se deu mediante reivindicações da comunidade no sentido de federalizar as estruturas da UNITINS, mantendo parte de sua formação multicampi inicial. Isso ocorreu devido ao fato de que na gestão 1999/2000 a UNITINS passou por alterações que culminaram com a suspensão de seu vestibular e a extinção de cursos de graduação.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003 (UFT, 2017), sendo a terceira universidade pública federal da Região Norte (sendo a primeira no Estado do Amazonas e a segunda no Estado do Pará), todavia a primeira no estado do Tocantins, instituída pela Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000. A UFT está distribuída em sete cidades do Tocantins abrangendo geograficamente, norte a sul do estado: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

A partir de 2000, o Campus da UFT de Miracema debateu sobre a criação de mais um curso de graduação, pois contava apenas com o curso de pedagogia. Entre os anos de 2005 e 2006 ampliaram-se os debates sobre a criação de novos cursos no contexto nacional de expansão do ensino superior público e privado, levando em consideração o crescimento exponencial da oferta dos cursos à distância. Assim, foi criado o curso de Serviço Social como um importante contraponto à modalidade à distância bastante difundida no estado

naquela época. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFT autoriza a criação do curso de Serviço Social mediante Resolução nº 003/2006, de 26 de maio de 2006 e reconhecido pela Portaria MEC nº 487, de 20 de dezembro de 2011, tendo por objetivo consolidar-se como instituição voltada para a produção e difusão do conhecimento, à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (UFT, 2017).

Configurando-se desse modo, como o primeiro Curso de Serviço Social em uma instituição pública federal, criado no Estado do Tocantins em 2006, e implantado a partir do ano de 2007/2 (UFT, 2010). Desse modo, foi instituída uma comissão com a responsabilidade de elaborar o Projeto Pedagógico do Curso – PPC, aprovado no ano de 2007, tendo sua primeira alteração no ano de 2010. A partir da criação do Curso de Serviço Social,

[...] o *campus* de Miracema passou a contribuir bastante na formação do ensino superior, em se tratando da localização do curso na região central do Estado do Tocantins, ofertando 80 (oitenta) vagas via vestibular, por semestre para cada um dos cursos (Serviço Social e Pedagogia) até 2008, ampliando a oferta em 160 (cento e sessenta) vagas por ano, o que corresponde a duas turmas a cada semestre, sendo uma noturna e outra diurna (UFT, 2010 apud SILVA, 2016, p. 36).

Devido à crescente demanda da Educação a Distância (EaD) e da privatização do ensino superior, o curso de Serviço Social da UFT traz um diferencial na formação primando pela qualidade da educação superior, propiciando a apreensão do agir profissional nas diversas regiões do país pautados nos princípios éticos da profissão (UFT, 2010).

Deste modo, o curso de serviço Social da UFT tem a estruturação dos núcleos, disciplinas e estrutura curricular de acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS.

Na estrutura curricular do Curso, do 1º ao 4º semestre são ofertadas 05 disciplinas, do 5º ao 8º são ofertadas 06 (seis) disciplinas e no 9º semestre são ofertadas 05 (cinco) disciplinas, incluindo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Totalizando, são 49 (quarenta e nove) disciplinas, sendo 30 (trinta) privativas do Serviço Social, 06 (seis) optativas (Seminários Temáticos ou Tópicos Especiais em Políticas Sociais) e 13 (treze) disciplinas não privativas que somadas às 135 horas complementares totalizam 3.255 h/a a serem ministradas em quatro anos e meio de curso (LEITE, 2015).

Outro aspecto importante refere-se às horas mínimas de estágio exigidas pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, sendo que “[...] no caso do Curso de Serviço Social da UFT, são 420 h/a, ou seja, 15 h/a a mais que o exigido, divididas em quatro semestres, sendo 105 horas semestrais [...]” (LEITE, 2015, p. 87). Vale ressaltar que as referidas 420 h/a o aluno estagiário executa atividades referentes ao Serviço Social nos diversos espaços socio-ocupacionais que requerem a atuação do Assistente Social.

O curso objetiva propiciar um Ensino Superior de qualidade, “[...] buscando formar profissionais preparados para atuarem nas diversas manifestações/expressões da questão social zelando pelos princípios éticos da profissão na atuação profissional” (LEITE, 2015, p. 84-85). Nesse sentido, o PPC busca construir um perfil profissional embasado na fundamentação teórico-metodológica e técnico-instrumental visando uma análise da totalidade nas demandas postas ao agir profissional (LEITE, 2015). Portanto, podemos inferir que mesmo sendo um curso novo e que se encontra em fase de implementação e consolidação, carecendo de várias alterações em seu PPC, o curso de Serviço Social da UFT busca aprimorar a formação profissional de seus alunos.

O curso de Serviço Social da UFT está em fase de reformulação curricular (2019) e conta com um curso de especialização em Serviço Social e Política Social (desde 2017) e um Programa de Mestrado em Serviço Social em processo de implantação (março de 2019), aprovado pela CAPES/MEC (outubro de 2018).

Ensaando os resultados e produções da pesquisa

O projeto encontra-se em fase inicial e tem avançado à medida que os membros do grupo de pesquisa se envolvem com a temática em estudo e participam das atividades propostas e produzem material científico acerca do tema em tela. Os avanços considerados neste período são: participação do grupo nos eventos científicos com produções científicas para sustentar o referencial teórico da pesquisa; a realização de eventos sobre a temática de formação e exercício profissional no fortalecimento da pesquisa; o envolvimento dos membros nas atividades propiciando a articulação do ensino, da pesquisa e extensão; o referencial teórico do grupo no fortalecimento e sustentação da fundamentação teórica da pesquisa; a transmissão *online* dos eventos do grupo, possibilitando a participação dos membros de outras cidades do estado, bem como conciliar a participação com o trabalho. As dificuldades encontradas foram conciliar o horário das reuniões do grupo com o horário de trabalho de parte dos membros do grupo na pesquisa; cadastro na plataforma Brasil do projeto de pesquisa; falta de fonte de financiamento ao projeto de pesquisa.

Assim, sugere-se a intensificação das comissões de trabalho no grupo de pesquisa para agilizar a efetivação do projeto; fortalecimento da transmissão *online*; incentivo da participação no projeto de pesquisa através de temáticas afins; editais federais que sejam específicos para as Universidades públicas mais jovens, possibilitando o acesso dos cursos novos; incentivo de inserção dos membros do grupo em cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu* - Especialização e Mestrado em Serviço Social.

REFERÊNCIAS

- ALBIERO, C. M. G. **Na aquarela do Brasil: as cores se misturam na Supervisão Sistemática e na Avaliação Qualitativa no Estágio Acadêmico em Serviço Social.** Tese de Doutorado (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo no Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p 637-651, out/dez, 2015.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- CARDOSO, I. C. da C. et al. Proposta Básica para o projeto de formação profissional: Novos Subsídios para o debate. In: **Formação Profissional: Trajetórias e desafios.** Cadernos ABESS nº 07, 1997.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- IBGE 2017. **Censo 2010.** Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/miracema-do-tocantins/panorama>>. Acessado em 28 de ago. De 2018.
- KOIKE, M. M. Formação Profissional em serviço Social: Exigências Atuais. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília-DF, CFESS/ABEPSS, 2009.
- KONNO, C. C. A Formação Profissional na Consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil,** Paraná. Anais. Toledo, PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2005.
- LEITE, R. S. **Uma análise qualitativa da formação profissional em Serviço Social: a perspectiva dos/as egressos/as atuantes referente a realidade do Curso de Serviço Social da UFT no Câmpus de Miracema.** Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2015.2017
- LIMA, R. M. de. **A política de assistência estudantil nas instituições de ensino superior.** Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, Miracema, TO, 2018.
- LOPES, M. F. M. **A mediação do estado na fronteira público – privado no processo de interiorização do ensino superior privado na zona da mata mineira: o caso faminas, em Muriaé – MG.** Tese (Doutorado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MACEDO, M. de S. **Educação superior e políticas de cotas na Universidade Federal do Tocantins.** 2015. Monografia (Graduação em Serviço Social)- Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2015.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULO NETTO, J. Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior. In: **Revista Temporalis**, ABEPSS nº 1, Brasília: Valci, 2000.

PEREIRA, L. D. Mercantilização do Ensino Superior, educação a distância e Serviço Social. In: **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 1 2, n.2, p.268-277, jul./dez. 2008.

SILVA, T. A. **Serviço Social**: uma reflexão dos/as acadêmicos/as em processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFT. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social**. Câmpus de Miracema. Miracema do Tocantins, TO, 2010.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Palmas, TO, 2017.